



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

ISSN: 1982-4343

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

PINTO, Surama Conde Sá
Arquitetura do novo regime: O Federalismo brasileiro na Primeira República
Varia Historia, vol. 34, núm. 65, 2018, Maio-Agosto, pp. 571-575
Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: 10.1590/0104-87752018000200013

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384455509013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

UABM [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Arquitetura do novo regime

O Federalismo brasileiro na Primeira República

Architecture of the new regime

Brazilian Federalism in the First Republic

SURAMA CONDE SÁ PINTO <http://orcid.org/0000-0002-7921-3038>
Instituto Multidisciplinar
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Av. Governador Roberto Silveira, s/n
Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 26.020-740, Brasil
suramaconde@uol.com.br

Obra resenhada:

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017. 207p.

Nas últimas décadas, a historiografia relativa à Primeira República tem sido enriquecida com diversas contribuições. A vitalidade dessa produção tem provocado importantes deslocamentos de interpretação, sobretudo no âmbito da política, permitindo melhor compreensão do federalismo brasileiro. Há três eixos de renovação. Um deles relaciona-se à revisão do papel das chamadas oligarquias dominantes — São Paulo e Minas Gerais. Foram questionadas as ideias de que a hegemonia dessas oligarquias sustentava-se na preeminência da economia exportadora cafeeira e a de que a *política do café com leite* ditaria a orientação do governo federal. O segundo eixo destaca as dinâmicas específicas de diferentes unidades da federação e suas estratégias para ampliarem os

Recebido: 11 mar. 2018 | Aceito: 24 mar. 2018

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752018000200013>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 571-575, mai/ago 2018



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

seus espaços políticos no contexto de federalismo desigual, através de tentativas de estruturação de eixos alternativos de poder. O terceiro eixo enfatiza questões de representação, competição política, partidos e voto, desenhando um quadro mais complexo da política na Primeira República, diferente da caricatura de um sistema político marcado pela fraude, violência, clientelismo, ausência de direitos e eternização de oligarquias no poder (Ferreira; Pinto, 2017, p.429-437).

Cláudia Viscardi, professora titular da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), é figura presente nesse debate. Autora de textos sobre a história política e social da Primeira República, no livro *O Teatro das Oligarquias*, defendeu que a estabilidade do modelo político da Primeira República foi garantida pela ausência de alianças monolíticas permanentes, fato que impediu, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada e a exclusão de outros fosse definitiva (Viscardi, 2001, p.22).

Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro, seu novo livro, é mais uma contribuição da historiadora mineira que acrescenta novas perspectivas sobre o período. Trata-se de uma adaptação da tese elaborada para a cadeira de titular da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Voltado para especialistas e estudantes de graduação, nele Viscardi retoma o tema do federalismo oligárquico para estudar a montagem do regime republicano, no período entre a propaganda republicana e o governo Campos Sales. Sua análise privilegia o âmbito da macropolítica, priorizando atores políticos envolvidos nesse processo, interesses, identidades, pensamentos e atuação. A proposta apresentada articula a perspectiva que compreende o federalismo a partir da lógica de interesses dos estados-atores com a História Intelectual do Político.

O curioso título guarda relação direta com o tema tratado: a construção do projeto republicano na sua principal dimensão: o federalismo. Segundo a autora, esse projeto representava uma ruptura com o passado monárquico, caracterizado por um Estado centralizado em torno do Imperador, e preconizava a descentralização, a autonomia das antigas províncias, optando pelo conflito no lugar do consenso (Viscardi, 2017, p.22).

O conceito de cultura política (Berstein, 1992; Cefai, 2001) é um dos principais referenciais de análise. Ao instrumentalizá-lo, Viscardi prioriza a dimensão do discurso, não enfatizando seus demais componentes, para compreender as mudanças ocorridas no país na virada do século XIX para o XX, quando, segundo a autora, teria se consolidado uma cultura política republicana.

Dividido em cinco capítulos, o livro aborda o movimento republicano em uma de suas dimensões (a dos manifestos da propaganda); a normatização constitucional do novo regime (através da análise comparativa das Constituições estaduais e federal); limites da participação política e da cidadania, tema explorado superficialmente pela autora com base em literatura bastante conhecida; as concepções políticas e a ação de Campos Sales, objeto de análise dos dois últimos capítulos, nos quais figura sua maior contribuição.

São três os principais argumentos defendidos pela autora. O primeiro é o de que a normatização do novo regime articulou os compromissos do movimento republicano com os valores compartilhados por seus autores, que incluíam a desvalorização do povo, uma democracia pouco inclusiva, o falseamento da representação, pela construção de um federalismo desigual, e uma cidadania limitada a poucos homens letrados. O segundo é o de que o federalismo brasileiro foi fundamentado em relação direta com os estados, viabilizando a representação dos interesses privados via intermediação dos chefes locais. O último é o de que a chamada política dos estados de Campos Sales limitou-se a resolver os problemas de sua gestão. Na fórmula adotada no período, que implicou em meios de conviver com as dissidências sem colocar em risco a governabilidade, foram menos importantes as reformas regimentais relativas à última fase de depuração das candidaturas ao Parlamento. Os instrumentos mais efetivos foram a redução dos atores políticos através do voto literário, as limitações impostas à monopolização do poder e o desenho de um mercado político com algum grau de competição (Viscardi, 2017, p.190-191).

Baseada em fontes variadas (manifestos republicanos, as Cartas estaduais e federal, o discurso de campanha eleitoral de Campos Sales e a autobiografia do ex-presidente) e em diferentes metodologias (a prosopografia — superficialmente realizada —, a análise de discursos políticos — amparada em instrumentais da vertente britânica da História dos Conceitos — e o método comparativo), os dados apresentados aproximam-se de muitas das análises de Hilda Sábato sobre a construção da cidadania em países hispano-americanos no século XIX (Sábato, 2001, p.1293, 1297).

A despeito da bibliografia utilizada, o livro apresenta ausências importantes (Holanda, 2009), sobretudo relativas ao movimento republicano, às Constituições estaduais (Ferreira, 1989; 1994), à política no Distrito Federal e às eleições (Pinto, 2011; Souza, 2013). Isso faz com que algumas afirmações feitas já tenham sido objeto de questionamentos, como a ideia de que o prefeito do Distrito Federal possuía poderes discricionários na política carioca (Pinto, 2011). A obra prescinde também de maior sistematização dos dados apresentados.

Da mesma forma, a História Intelectual do Político proposta poderia ter sido enriquecida com a incorporação dos léxicos empregados pela imprensa e por pensadores políticos, pois há evidente defasagem entre as definições de conceitos encontrados nos dicionários (fonte priorizada pela autora) e a dinâmica dos conceitos no embate político. Esses elementos, contudo, não comprometem a iniciativa.

No momento em a República brasileira está prestes a completar 130 anos, *Unidos perderemos* convida os leitores a repensar os primórdios do regime e a superar esquematismos de longa data difundidos em livros didáticos. Seu mérito é acrescentar novos itens na agenda de estudos sobre a Primeira República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERSTEIN, Serge. L'Historien et la culture politique. *Vingtième Siècle*. Revue d'Histoire, n. 35, juil/sep. 1992.
- CEFAI, Daniel. *Cultures Politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em Busca da Idade do Ouro: As elites políticas fluminenses na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. Estados e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. *Revista Tempo*, Niterói, vol. 23, n. 3, set./dez., 2017.
- HOLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de Representação Política*. O experimento da Primeira República. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.
- SÁBATO, Hilda. On political citizenship in the Nineteenth-century Latin América. *The American Historical Review*, vol. 106, n. 4, oct., 2001.
- SOUZA, Wlaumir Doniset de. *Democracia Bandeirante: Distritos eleitorais e eleições no Império e na Primeira República*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- PINTO, Surama Conde Sá. *Só para Iniciados: O jogo político na antiga Capital Federal*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2011.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: Uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.